



LIVRE

Deputado Único Representante do Partido LIVRE

Projeto de Lei n.º 720/XV/1.^a

Prevê a obrigação de inventariação dos imóveis afetos à defesa nacional e possibilita a sua requalificação e reconversão para utilização com fins sociais e habitacionais, bem como as modalidades em que podem ser afetados

Exposição de motivos

A visão de uma reabilitação urbana que melhore a qualidade do tecido urbano, combata assimetrias sociais e promova Direitos Humanos é a base do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11: Tornar as cidades e as comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis,¹ cujo cumprimento obriga à adoção de modelos de urbanização sustentáveis e justos que garantam também que as decisões sobre planeamento urbanístico das cidades sejam transparentes, sujeitas a escrutínio público, adotem estratégias para o empoderamento político, social e económico das pessoas e promovam uma sustentabilidade ambiental e ecológica. Pensar no património imobiliário público através de uma abordagem de Direitos Humanos é essencial para que as cidades sejam promotoras de oportunidades iguais para todos as pessoas, e onde se possa viver em segurança, paz e com dignidade.²

Mas para que seja possível operacionalizar, com eficácia, uma política urbanística que faça frente à crise habitacional e de infraestruturas sociais, e que permita ter respostas para comunidades específicas, é preciso, antes de mais, que inventarie o património imobiliário público e o seu estado de conservação e segurança.

Os imóveis do domínio público estão definidos no artigo 84.º da Constituição da República e regulados pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico do Património Imobiliário Público: caracterizam-se pela sua inalienabilidade,

¹ [Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11: Tornar as cidades e as comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis - Os 17 ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Temas - Comissão Nacional da UNESCO \(mne.gov.pt\)](#)

² [Urbanization and human rights | OHCHR](#)

imprescritibilidade, impenhorabilidade e autotutela. É, aliás, este mesmo diploma que estabelece que os objetivos de coordenação da gestão patrimonial do imobiliário público assentam num programa de inventariação³ que pretende assegurar, nomeadamente, o conhecimento da natureza, da utilização e do valor dos bens.

Com efeito, reconhece o Tribunal de Contas que “a inventariação dos imóveis do Estado serve de base à determinação global das necessidades de aquisição, à programação anual das vendas de imóveis bem como das respetivas intervenções de conservação e à elaboração das demonstrações financeiras da Entidade Contabilística Estado (ECE), essencial à nova Conta Geral do Estado”.

Também a Presidência do Conselho de Ministros reconhece em preâmbulo ao Decreto-Lei n.º 81/2020, de 2 de outubro que “[n]ão obstante os avanços em termos legislativos e os instrumentos criados, é preciso garantir que as respostas dadas pelas políticas públicas chegam, com a máxima celeridade, a todos os grupos mais vulneráveis, seja em resultado de fragilidade socioeconómica, seja por corresponderem a determinadas faixas etárias, seja por se encontrarem em situação de risco ou sofrerem de discriminação, ou pela dificuldade de acesso ao mercado habitacional.”

É pois, neste contexto, que se revela de particular importância a presente iniciativa, já que entende o LIVRE que os imóveis afetos à defesa nacional representam uma massa de edificado urbanístico polivalente, distribuídos por zonas centrais de várias cidades do país e que, em muitos casos, se encontram total ou parcialmente desativados, pelo que representam um enorme potencial de requalificação e reconversão para desempenho de funções sociais e habitacionais de enorme importância, contribuindo inclusivamente para a mitigação de impactos negativos que o seu estado potencia: económicos e ecológicos.

O princípio subjacente à presente proposta colhe provimento no Plano de Recuperação e Resiliência⁴ que inclusivamente prevê verba específica quer para a “construção, adaptação e recuperação de residências para estudantes, dando prioridade a projetos de reabilitação de edifícios do Estado, de instituições de ensino superior e de municípios, ou outros imóveis disponíveis ou a construir, garantindo uma boa qualidade do ar e um elevado padrão de eficiência energética, que contribuem para a redução do consumo de combustíveis fósseis”, quer para o reforço, adaptação, qualificação ou inovação de “respostas sociais dirigidas às crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou incapacidades e famílias, tendo em vista a promoção da natalidade, do envelhecimento ativo e saudável, da inclusão e promoção

³ Artigos 112.º a 120.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto.

⁴ [ficheiro.aspx \(portugal.gov.pt\)](https://www.portugal.gov.pt)

da autonomia e da conciliação entre atividade profissional e a vida pessoal e familiar e a coesão social e territorial. Pretende-se ainda promover uma intervenção integrada em comunidades desfavorecidas, com vista ao combate à pobreza.”

Sequer é criativa a solução: também em tempos idos foram utilizados os mais diversos edifícios, incluindo quartéis, para alojar novas instituições e organizações públicas. Entende o LIVRE que os bons exemplos são de seguir, nessa linha defendendo que os imóveis afetos à defesa nacional sejam objeto de inventariação; que este processo seja atualizado a cada dois anos e que se identifiquem quais podem ser requalificados e reconvertidos para fins sociais e habitacionais, melhor servindo as cidades e as suas populações, seja por via da cedência de utilização para fins de interesse público, do arrendamento ou da integração na bolsa de imóveis públicos para habitação.

Finalmente, e atenta a natureza da Lei que ora se visa alterar, e o disposto no artigo 6.º, n.º 2 da Lei n.º 74/98, de 11 de novembro, na sua redação atualizada, diploma que aprova o regime jurídico da publicação, identificação e formulário dos diplomas legais, promove-se a republicação integral da Lei das Infraestruturas Militares com as alterações ora introduzidas.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Deputado do LIVRE apresenta o seguinte Projeto de Lei:

Artigo 1.º

Objeto

A presente Lei procede à primeira alteração da Lei Orgânica n.º 3/2019, de 3 de setembro, Lei das Infraestruturas Militares.

Artigo 2.º

Alteração à Lei das Infraestruturas Militares

São alterados os artigos 6.º e 21.º da Lei Orgânica n.º 3/2019, de 3 de setembro, que passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 6.º

[...]

1 - [...]

2 - Com exceção dos usos privativos e da constituição de fundos de investimento imobiliário, os municípios gozam do direito de preferência **relativamente aos imóveis sitos no**

respetivo concelho nas situações a que se refere o artigo 4.º-B, bem como em todas as formas de rentabilização previstas no artigo 5.º da presente lei.

[NOVO] 3 - Nas situações a que se refere o artigo 5.º, o direito de preferência de que gozam os municípios é exercido pelo preço e demais condições resultantes da venda.

Artigo 21.º

[...]

A revisão da presente lei deve ocorrer no ano de **2026**, produzindo os seus efeitos em **2027**, em articulação com o Ciclo de Planeamento de Defesa Militar.»

Artigo 3.º

Aditamento à Lei das Infraestruturas Militares

São aditados à Lei Orgânica n.º 3/2019, de 3 de setembro, os artigos 4.º-A e 4.º-B com a seguinte redação:

«Artigo 4.º-A

Inventariação dos imóveis

1 - Compete à DGRDN proceder à inventariação dos imóveis afetos à defesa nacional abrangidos pela presente lei, de acordo com o programa de inventariação previsto no artigo 114.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 07 de agosto, e em cumprimento com o disposto pelo Decreto-Lei n.º 82/2020, de 2 de outubro.

2 - A inventariação referida no número anterior é revista e atualizada bienalmente e comunicada à DGTF e ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU, I. P.), para integração da informação aferida na plataforma SIIE - Sistema de Informação dos Imóveis do Estado.

3 - A inventariação dos imóveis afetos à defesa nacional deve incluir informação sobre a desativação do respetivo imóvel, bem como a relacionada com o seu estado de conservação e necessidades de manutenção.

Artigo 4.º-B

Requalificação e reconversão dos imóveis

1 - Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, os imóveis afetos à defesa nacional abrangidos pela presente lei, cuja inventariação afira que estão total ou parcialmente desocupados, devem ser objeto de avaliação para requalificação e reconversão, nomeadamente para as seguintes finalidades:

- a) Habitação a preços acessíveis;**
- b) Habitação estudantil pública;**
- c) Espaços de teletrabalho / coworking públicos;**

- d) Creches e estabelecimentos pré-escolares públicos;**
- e) Espaços associativos;**
- f) Respostas sociais ou habitacionais para pessoas com deficiência;**
- g) Respostas sociais ou habitacionais para pessoas sénior;**
- h) Respostas sociais ou habitacionais para vítimas de violência doméstica e violência de género;**
- i) Respostas sociais ou habitacionais para pessoas beneficiárias de proteção internacional;**
- j) Respostas sociais ou habitacionais para pessoas em situação sem-abrigo;**
- l) Respostas sociais ou habitacionais para comunidades e pessoas especialmente vulneráveis.**

2 - A avaliação a que se refere o número anterior deve ter em conta o levantamento das necessidades sociais e habitacionais da autarquia onde se situa o imóvel, podendo os imóveis identificados ser objeto de:

- a) cedência de utilização para fins de interesse público ou de arrendamento, tal como previsto nos artigos 53.º a 66.º do Regime Jurídico do Património Imobiliário Público;**
- b) integração na bolsa de imóveis públicos para habitação através do procedimento especial de integração previsto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 82/2020, de 2 de outubro.**

3 - A requalificação e reconversão dos imóveis afetos à defesa nacional, nos termos do presente artigo, inclui obrigações para o cessionário ou arrendatário relacionadas com a observância dos princípios de eficiência energética e transição ecológica, em cumprimento do Pacto Ecológico Europeu.»

Artigo 4.º

Republicação

A Lei Orgânica n.º 3/2019, de 3 de setembro, com as alterações introduzidas pela presente lei, é republicada em anexo.

Artigo 5.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor com a entrada em vigor do Orçamento de Estado posterior à sua publicação.

ANEXO

Republicação da Lei Orgânica n.º 3/2019, de 3 de setembro (Lei das Infraestruturas Militares)

Lei Orgânica n.º 3/2019 de 3 de setembro

Sumário: Lei das infraestruturas militares. Lei das infraestruturas militares

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, a lei orgânica seguinte:

Capítulo I

Programação e execução

Secção I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto e âmbito

1 - A presente lei estabelece a programação do investimento com vista à conservação, manutenção, segurança, modernização e edificação de infraestruturas da componente fixa do sistema de forças e estabelece as disposições sobre a gestão dos bens imóveis afetos à defesa nacional disponibilizados para rentabilização, tendo em vista a aplicação dos resultados obtidos nas medidas e projetos nela previstos.

2 - Os imóveis a rentabilizar no âmbito da presente lei constam de despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional.

Secção II

Execução e acompanhamento

Artigo 2.º

Competências para a execução

1 - Compete ao Governo, sob a direção e a supervisão do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, promover a execução da presente lei, sem prejuízo da competência da Assembleia da República.

2 - A Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) é a entidade que, no âmbito da presente lei, centraliza a documentação e assume no Ministério da Defesa Nacional a condução dos procedimentos com vista à regularização do património afeto à defesa nacional atribuído ao Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) e aos ramos das Forças Armadas, para o que é interlocutor único da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), recebendo desta as credenciais para regularização patrimonial, e praticando os demais atos previstos e autorizados em portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua redação atual.

3 - A DGRDN articula com o EMGFA e com os ramos das Forças Armadas o planeamento dos investimentos prioritários na defesa nacional para edificação das suas medidas e projetos militares.

Artigo 3.º

Acompanhamento pela Assembleia da República

O Governo submete à Assembleia da República, até ao fim do mês de março do ano seguinte àquele a que diga respeito, um relatório do qual conste a pormenorização das dotações respeitantes a cada medida, dos contratos efetuados no ano anterior e das responsabilidades futuras deles resultantes, do grau de execução das medidas, bem como toda a informação necessária ao controlo da execução da presente lei.

Artigo 4.º

Mapa das medidas

1 - As medidas e respetivas dotações globais relativas a projetos de infraestruturas são as que constam do anexo à presente lei, da qual faz parte integrante.

2 - Sem prejuízo do disposto na lei que aprova o Orçamento do Estado, as dotações a que se refere o anexo à presente lei estão excluídas de cativações orçamentais.

3 - É da competência do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional a criação de novas medidas que não alterem o valor global do anexo à presente lei ou que sejam financiadas através de receita adicional à nele prevista, bem como o cancelamento das existentes.

Secção III

Gestão dos imóveis afetos à defesa nacional

Artigo 4.º-A

Inventariação dos imóveis

1 - Compete à DGRDN proceder à inventariação dos imóveis afetos à defesa nacional abrangidos pela presente lei, de acordo com o programa de inventariação previsto no artigo 114.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 07 de agosto, e em cumprimento com o disposto pelo Decreto-Lei n.º 82/2020, de 2 de outubro.

2 - A inventariação referida no número anterior é revista e atualizada bienalmente e comunicada à DGTF e ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU, I. P.) para integração da informação aferida na plataforma SIIE - Sistema de Informação dos Imóveis do Estado.

3 - A inventariação dos imóveis afetos à defesa nacional deve incluir informação sobre a desativação do respetivo imóvel, bem como a relacionada com o seu estado de conservação e necessidades de manutenção.

Artigo 4.º- B

Requalificação e reconversão dos imóveis

1 - Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, os imóveis afetos à defesa nacional, abrangidos pela presente lei, cuja inventariação afira que estão total ou parcialmente desativados devem ser objeto de avaliação para requalificação e reconversão nomeadamente para as seguintes finalidades:

- a) Habitação a preços acessíveis;**
- b) Habitação estudantil pública;**
- c) Espaços de teletrabalho / coworking públicos;**
- d) Creches e estabelecimentos pré-escolares públicos;**
- e) Espaços associativos;**
- f) Respostas sociais ou habitacionais para pessoas deficiência;**
- g) Respostas sociais ou habitacionais para pessoas sénior;**
- h) Respostas sociais ou habitacionais para vítimas de violência doméstica e violência de género;**
- i) Respostas sociais ou habitacionais para pessoas beneficiárias de proteção internacional;**
- j) Respostas sociais ou habitacionais para pessoas em situação sem-abrigo;**
- l) Respostas sociais ou habitacionais para comunidades e pessoas especialmente vulneráveis.**

2 - A avaliação a que se refere o número anterior deve ter em conta o levantamento das necessidades sociais e habitacionais da autarquia onde se situa o imóvel, podendo os imóveis identificados ser objeto de:

- a) cedência de utilização para fins de interesse público ou de arrendamento, tal como previsto nos artigos 53.º a 66.º do Regime Jurídico do Património Imobiliário Público;**

b) integração na bolsa de imóveis públicos para habitação através do procedimento especial de integração previsto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 82/2020, de 2 de outubro.

3 - A requalificação e reconversão dos imóveis afetos à defesa nacional, nos termos do presente artigo, inclui obrigações para o cessionário ou arrendatário relacionadas com a observância dos princípios de eficiência energética e transição ecológica, em cumprimento do Pacto Ecológico Europeu.

Artigo 5.º

Modalidades de rentabilização

A rentabilização dos imóveis afetos à defesa nacional, abrangidos pela presente lei, faz-se, sem prejuízo de quaisquer outros instrumentos jurídicos adequados aos fins a prosseguir, mediante as seguintes formas:

- a) Alienação;
- b) Arrendamento;
- c) Constituição de direitos reais menores;
- d) Usos privativos do domínio público;
- e) Permuta;
- f) Parcerias com promotores imobiliários;
- g) Afetação dos ativos imobiliários através da constituição de fundos de investimento imobiliário.

Artigo 6.º

Relações com autarquias

1 - Na rentabilização do património do Estado afeto à defesa nacional, a DGRDN articula o regular e permanente acompanhamento de todo o processo com a DGTF e a autarquia onde se situa o imóvel.

2 - Com exceção dos usos privativos e da constituição de fundos de investimento imobiliário, os municípios gozam do direito de preferência **relativamente aos imóveis sítos no respetivo concelho nas situações a que se refere o artigo 4.º- B bem como** em todas as formas de rentabilização previstas no artigo 5.º da presente lei.

3 - Nas situações a que se refere o artigo 5.º, o direito de preferência de que gozam os municípios é exercido pelo preço e demais condições resultantes da venda.

Artigo 7.º

Regime de gestão

Os imóveis integrados no despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º são submetidos ao regime de gestão previsto no regime jurídico do património imobiliário público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua redação atual, com respeito em especial pelo disposto na presente lei.

Artigo 8.º

Desafetação do domínio público

1 - Quando os bens imóveis disponibilizados para rentabilização estejam integrados no domínio público militar, compete aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional, por despacho, proceder à desafetação do domínio público militar, quando tal se justifique.

2 - As infraestruturas desafetadas do domínio público militar, quando não estejam sujeitas a outros regimes de dominialidade, passam a integrar o domínio privado do Estado, sendo a sua gestão efetuada nos termos previstos na presente lei e no regime jurídico do património imobiliário público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua redação atual, permanecendo afetas ao Ministério da Defesa Nacional até à sua rentabilização.

3 - Quando os bens imóveis do domínio público militar estejam sujeitos a outros regimes de dominialidade, após a desafetação do domínio público militar, mantêm-se no domínio público do Estado.

4 - A cessação da dominialidade pública militar sobre os imóveis referidos nos números anteriores faz caducar as respetivas condicionantes de servidão militar.

Artigo 9.º

Administração transitória

1 - Enquanto não estiverem concluídos os processos de desafetação do domínio público militar ou de rentabilização dos imóveis, incumbe ao Ministério da Defesa Nacional a sua segurança, conservação e manutenção.

2 - O Ministério da Defesa Nacional pode, para cumprimento das obrigações de conservação dos imóveis referidos no número anterior, promover protocolos ou acordos de utilização temporária sobre os mesmos.

3 - Os protocolos ou acordos de utilização temporária previstos no número anterior são celebrados por período não superior a um ano, prorrogável por iguais períodos.

Artigo 10.º

Operações de rentabilização

- 1 - As operações de rentabilização dos imóveis contribuem para o financiamento da satisfação das necessidades decorrentes das medidas que constam do anexo à presente lei.
- 2 - A instrução dos processos relativos às operações de rentabilização dos imóveis é efetuada nos termos da lei e segundo as atribuições e competências legalmente definidas.
- 3 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a decisão sobre operações concretas e modelos de rentabilização é sempre objeto de despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional.
- 4 - Os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional podem celebrar os acordos que entendam necessários à boa execução da presente lei.
- 5 - Sem prejuízo do disposto no n.º 2, as operações de rentabilização dos imóveis devem observar os princípios e disposições orçamentais em matéria de redefinição do uso dos solos, bem como as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente quanto à avaliação dos imóveis.

Artigo 11.º

Usos privativos do domínio público afeto à defesa nacional

- 1 - A atribuição de usos privativos dos bens do domínio público afetos à defesa nacional, que se encontrem desafetados do domínio público militar, constantes do despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º, é precedida de procedimento que respeite os princípios gerais da atividade administrativa, garanta o respeito da concorrência e maximize as vantagens para o Estado.
- 2 - Do ato ou contrato de atribuição de usos privativos, consta obrigatoriamente o prazo, o preço, as condições técnicas e jurídicas da execução da licença ou concessão, o regime sancionatório, incluindo os pressupostos do resgate e do sequestro da concessão, quando aplicável, a salvaguarda da utilização do prédio e os termos da autorização prévia para a transmissão do direito de utilização.

Artigo 12.º

Usos privativos do espaço aéreo e subsolo

- 1 - Podem ser objeto de atribuição de usos privativos, nos termos previstos no artigo anterior, o espaço aéreo e o subsolo correspondentes aos bens imóveis do domínio público militar, tendo em atenção a altura e/ou profundidade, que não ponham em causa a afetação militar daqueles e a segurança de pessoas e bens.

2 - Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a atribuição de usos privativos prevista no presente artigo depende de autorização do Chefe do Estado-Maior do ramo ao qual esteja atribuído o bem do domínio público militar em questão e carece da aprovação prévia do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

Artigo 13.º

Isenção de emolumentos

Os contratos de execução celebrados ao abrigo da presente lei estão isentos de emolumentos devidos pelo visto do Tribunal de Contas.

Artigo 14.º

Custos das medidas

O custo das medidas evidenciadas no anexo à presente lei é expresso a preços constantes, por referência ao ano da publicação da mesma.

Secção IV

Disposições orçamentais

Artigo 15.º

Princípios orçamentais

1 - As receitas geradas, direta ou indiretamente, pela rentabilização de infraestruturas abrangidas pela presente lei revertem:

- a) 90 % para execução da presente lei;
- b) 5 % para a DGRDN;
- c) 5 % para a DGTF.

2 - Os saldos verificados em cada medida, no fim de cada ano económico, transitam para o orçamento do ano seguinte para reforço das dotações das medidas e projetos que lhe deram origem, até à sua completa execução, através da abertura de créditos especiais autorizada pelo membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

3 - No caso previsto no número anterior, fica autorizada a aplicação em despesa dos saldos transitados.

4 - Compete ao membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, por despacho, determinar a repartição das receitas afetas à execução da presente lei pelas medidas a que se refere o artigo 4.º

Artigo 16.º

Relação com o Orçamento do Estado

A lei que aprova o Orçamento do Estado prevê a estimativa da receita a realizar e as correspondentes despesas previstas na presente lei.

Artigo 17.º

Financiamento

1 - As despesas decorrentes da execução da presente lei são financiadas pelo conjunto das receitas geradas, direta ou indiretamente, com a rentabilização do património, nos termos nela previstos, sem prejuízo do recurso a outras fontes de financiamento nacionais, europeias ou decorrentes da participação de Portugal em organizações internacionais.

2 - O encargo anual relativo a cada uma das medidas pode ser excedido, mediante a aprovação do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, desde que não inviabilize a execução de outras medidas.

3 - Mediante a realização de receitas extraordinárias, pode ser excedido o total dos encargos orçamentais anuais inicialmente previstos.

Artigo 18.º

Alterações orçamentais

São da competência do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional:

- a) As alterações orçamentais entre capítulos;
- b) As transferências de dotações entre as diversas medidas e projetos;
- c) As transferências de dotações provenientes de medidas existentes para novas medidas.

Artigo 19.º

Compromissos plurianuais

O Ministério da Defesa Nacional pode assumir, nos termos legalmente previstos, compromissos dos quais resultem encargos plurianuais, no âmbito de cada uma das medidas previstas no anexo à presente lei.

Capítulo II

Vigência e revisão da presente lei

Artigo 20.º

Período de vigência

A presente lei vigora por um período de três quadriénios, sem prejuízo dos compromissos assumidos pelo Estado que excedam aquele período.

Artigo 21.º

Revisão

A revisão da presente lei deve ocorrer no ano de **2026**, produzindo os seus efeitos em **2027**, em articulação com o Ciclo de Planeamento de Defesa Militar.

Artigo 22.º

Preparação e apresentação da proposta de lei de revisão

- 1 - As medidas a considerar na revisão da presente lei contêm a calendarização da respetiva execução, bem como a descrição e justificação adequadas.
- 2 - Em cada medida podem ser inscritas verbas para despesas inerentes à manutenção, beneficiação e segurança das infraestruturas.
- 3 - Na apresentação dos projetos ou das atividades são indicadas as previsões de acréscimo ou diminuição das dotações anuais de funcionamento normal, decorrentes da execução das medidas e com efeitos nos respetivos orçamentos.
- 4 - O Governo apresenta à Assembleia da República, juntamente com a proposta de lei de revisão, o plano de financiamento das medidas.

Artigo 23.º

Competências no procedimento da revisão

- 1 - Compete ao Governo, através do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, em articulação com o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e com os Chefes de Estado-Maior dos ramos, orientar a elaboração do projeto de proposta de lei de revisão.
- 2 - Compete ao Conselho Superior Militar, ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior, aprovar o projeto de proposta de lei de revisão.
- 3 - Compete ao Governo, em Conselho de Ministros, ouvido o Conselho Superior de Defesa Nacional, aprovar a proposta de lei de revisão.
- 4 - Compete à Assembleia da República aprovar a lei de revisão.

Capítulo III

Disposições transitórias e finais

Artigo 24.º

Registo predial

- 1 - Ficam isentos do pagamento de emolumentos devidos pelo registo predial os imóveis constantes do despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º

2 - Constitui documento bastante de prova da titularidade do Estado, para efeitos de registo de inscrição predial, o despacho de desafetação a que se refere o n.º 1 do artigo 8.º

Artigo 25.º

Regime subsidiário

Ao disposto na presente lei, aplicam-se subsidiariamente, salvo disposição em contrário:

- a) Em matéria orçamental, as regras orçamentais dos programas plurianuais;
- b) Em matéria de gestão de infraestruturas:
 - i) O Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro, na sua redação atual;
 - ii) O Decreto-Lei n.º 196/2001, de 29 de junho;
 - iii) O Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua redação atual.

Artigo 26.º

Norma transitória

1 - Os saldos apurados na execução da Lei Orgânica n.º 6/2015, de 18 de maio, transitam para o orçamento de 2019 para reforço das dotações das mesmas medidas e projetos no âmbito da presente lei, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

2 - O Despacho n.º 11427/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 200, de 13 de outubro, mantém-se em vigor enquanto não for aprovado o despacho mencionado no n.º 2 do artigo 1.º da presente lei.

Artigo 27.º

Norma final

O disposto na presente lei não prejudica a execução de projetos de infraestruturas constantes da Lei de Programação Militar ou de outro qualquer programa de financiamento, designadamente daqueles cujo financiamento em matéria de infraestruturas militares esteja relacionado com a participação de Portugal em organizações internacionais.

Artigo 28.º

Norma revogatória

São revogados:

- a) A Lei Orgânica n.º 6/2015, de 18 de maio;
- b) O n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 196/2001, de 29 de junho;
- c) O Despacho n.º 11427/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 200, de 13 de outubro, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 26.º da presente lei.

Artigo 29.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Assembleia da República, 14 de abril de 2023

O Deputado do LIVRE

Rui Tavares